

Fundação Bienal de São Paulo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301, 401,
Chácara Santo Antônio, 04719-911 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Bial de São Paulo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bial de São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bial de São Paulo em 31 de dezembro de 2021 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e a Resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 – entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e a Resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 – entidades sem finalidade de lucros pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Camilla Coelho Querodia
Contadora CRC 1SP294059/O-8

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.135	8.273	Fornecedores sem restrição	8	86	67
Recursos financeiros com restrição	4	23.387	21.461	Fornecedores com restrição	8	316	219
Adiantamento e créditos a receber	5	941	549	Obrigações com empregados	9	1.371	1.381
				Obrigações tributárias	10	98	48
				Provisões para contingências	13	1.722	-
				Adiantamento de cessionários	11	5.090	4.078
				Subvenções a realizar	12	22.839	21.107
Total ativo circulante		31.463	30.283	Total passivo circulante		31.522	26.900
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	13	3	3	Subvenções a realizar	12	632	769
Imobilizado	6	3.500	3.874	Total passivo não circulante		632	769
Intangível	7	776	854				
Total ativo não circulante		4.279	4.731	Patrimônio Líquido			
				Patrimônio Social	14	518	4.066
				Reserva de Capital	14	2.437	2.437
				Reserva de reavaliação	14	633	842
				Total Patrimônio Líquido		3.588	7.345
Total do ativo		35.742	35.014	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		35.742	35.014

Demonstrações dos resultados dos exercícios**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020***(Em milhares de Reais)*

	Notas	2021	2020
Receitas operacionais			
Com restrição			
Programas de atividade cultural	16	29.219	14.576
Rendimentos financeiros	16	448	307
Sem restrição			
Contribuições e doações	16	3.886	4.255
Rendimentos financeiros	16	359	221
Trabalho voluntário	20	277	221
Receita de Vendas	16	218	-
Total das receitas operacionais		34.407	19.580
Custos das atividades			
Custos gerais com projetos	17	(19.494)	(6.457)
(=) Resultado bruto		14.913	13.123
Despesas com pessoal - projetos	17	(10.173)	(8.426)
Despesas com pessoal - próprias	18	(1.692)	(1.524)
Despesas administrativas e gerais	18	(4.390)	(1.646)
Trabalho voluntário	20	(277)	(221)
Despesas com vendas		(55)	-
Despesas com depreciação e amortização	6 e 7	(335)	(509)
Despesas fiscais, trabalhistas e civeis	18	(1.722)	-
Despesas financeiras	18	(25)	(16)
Total das despesas das atividades		(18.669)	(12.342)
(Déficit) / superávit dos exercícios		(3.756)	781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Superavit/Deficit Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de Janeiro de 2020	3.076	2.437	1.050	-	6.564
Realização das reservas de reavaliação	-	-	(208)	208	-
Superávit do período	-	-	-	781	781
Transferência para o Patrimônio Social	990	-	-	(990)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.066	2.437	842	-	7.346
Realização das reservas de reavaliação	-	-	(209)	209	-
Déficit do período	-	-	-	(3.756)	(3.756)
Transferência para o Patrimônio Social	(3.547)	-	-	3.547	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	518	2.437	633	-	3.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Demonstrações dos fluxos de caixa método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Descrição

	2021	2020
(Déficit) / superávit dos exercicios	(3.756)	781
Ajustes Por		
Baixa de imobilizado por obsolescência	1	-
Provisão para contingências	1.722	-
Depreciação e amortização	479	656
(Déficit) / superávit dos exercícios ajustados	(1.554)	1.437
Recursos Financeiros com restrição	(1.925)	(3.179)
Créditos a receber	(13)	30
Adiantamentos e despesas antecipadas	(380)	(480)
Depositos Judiciais	-	44
Fornecedores com e sem restrição	116	138
Obrigações tributárias	50	-
Obrigações com empregados	(10)	(2)
Adiantamento de cessionários	1.012	581
Subvenções a realizar	1.594	2.682
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	444	(185)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(28)	(107)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(28)	(107)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.138)	1.145
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.273	7.128
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.135	8.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Bienal de São Paulo (“FBSP”) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está estabelecida no Parque do Ibirapuera, Portão 3, Pavilhão "CICCILLO MATARAZZO", com prazo de duração indeterminado.

A FBSP foi criada e instituída em 8 de maio de 1962, como instituição de natureza educacional e cultural, sem vinculações políticas ou religiosas. A Fundação tem por missão apresentar e debater a arte contemporânea por meio da realização da Bienal de São Paulo e suas itinerâncias em diversas cidades do Brasil e do exterior e de outras ações pertinentes nos âmbitos nacional e internacional.

A receita da FBSP é constituída por doações, legados e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e pela renda derivada de seu patrimônio ou da exploração de suas atividades estatutárias.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira uniforme nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, bem como considerando as premissas da Resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 – entidades sem finalidade de lucros.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Superintendência em 04 de abril de 2022.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: (a) provisão para contingências; (b) depreciação e amortização.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

A FBSP classifica seus ativos financeiros sob as categorias de caixa, equivalentes de caixa, recursos financeiros e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A FBSP não possui ativos financeiros classificados como avaliados ao valor justo com ajuste em resultados abrangentes ou mantidos ao custo amortizado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para fins de liquidez e uso frequente em suas operações.

Os ativos financeiros avaliados a valor justo correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, valorizados com base no rendimento auferido no período, calculado com base na taxa de juros aplicável para seu resgate imediato.

Os ativos financeiros avaliados a valor justo correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, valorizados com base no rendimento auferido no período, calculado com base na taxa de juros aplicável para seu resgate imediato.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As aplicações e resgates de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", no período em que ocorrem.

2.4 Recursos financeiros com restrição

Estão representados por saldos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, a serem aplicados na execução dos projetos.

2.5 Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo, menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada dos ativos.

O intangível está representado pelo Dossiê Cicilo Matarazzo, documentações iconográficas das bienais, softwares e licenças de uso softwares. A amortização é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil dos ativos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data-base das demonstrações financeiras. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante.

2.7 Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a FBSP tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.9 Contingências passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- **Contingências passivas** - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, quando a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

2.10 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do resultado apurado em cada exercício, e por doações recebidas de terceiros registradas na conta de reservas de capital.

2.11 Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidade sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como tivesse ocorrido o desembolso financeiro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício no grupo receita operacionais como “Trabalho Voluntário” em contrapartida ao grupo de despesas operacionais como “Trabalho voluntário”.

2.12 Reconhecimento da receita

As receitas com doações que não requerem cumprimento de obrigações por parte da Instituição são registradas conforme o recebimento dessas doações. Os custos e despesas são reconhecidos

pelo regime de competência. As receitas com contribuição governamental são reconhecidas de acordo com os requerimentos da NBC TG 07 - subvenção e assistências governamentais.

A receita de cessão de espaço é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método de taxa de juros efetiva.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a composição de caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Caixa	5	5
Bancos conta movimento	18	63
Certificados de depósitos bancários - CDB	7.112	8.205
	7.135	8.273

As aplicações financeiras são remuneradas, substancialmente, com taxa de juros, equivalente a 100% da variação do Índice de Depósito Interbancário (DI) (98% em 2020) , sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado.

4 Recursos financeiros com restrição

Refere-se a recursos oriundos de contribuições de leis de incentivo recebidas para a realização dos projetos específicos, e estão apresentados da seguinte forma:

Bancos conta movimento - com restrição	2021	2020
Plano Anual 2018 FBSP - Pronac 177114	-	300
Plano Triannual 2020/2021/2022 FBSP - Pronac 191925 (Captação)	391	6.336
Plano Triannual 2020/2021/2022 FBSP - Pronac 191925 (Movimento)	3.879	-
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2020	-	28
Plano Anual 2020 - ProMAC 2020020300917	-	4
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2021	1	-
	4.271	6.668
 Aplicações financeiras em CDB - com restrição	 2021	 2020
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2020	-	2.811
Plano Triannual 2020/2021/2022 FBSP - Pronac 191925	15.768	11.375
Plano Anual 2020 - ProMAC 2020020300917	-	607
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2021	3.091	-

Bienais de São Paulo 70 Anos - Podcast #6222	8	-	
Plano Anual 2021 FBSP - Proac 30762	154	-	
PLANO ANUAL 2021 - 2021.05.28/02303 - Promac 2021	95	-	
	19.116	14.794	
	23.387	21.461	

Os principais saldos em Bancos - conta movimento – com restrição em 31 de dezembro de 2021 e 2020 representam recursos transferidos à instituição pelos patrocinadores, porém ainda não formalmente transferidos à conta da instituição pela Secretaria Especial da Cultura. Após essa liberação são aplicados no mercado financeiro.

As aplicações financeiras são remuneradas, substancialmente, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do Índice de Depósito Interbancário (DI) (98% em 2020), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado.

5 Créditos a Receber

Os créditos a receber estão representados da seguinte forma:

	2021	2020
Créditos a receber (i)	25	12
Fornecedores (ii)	752	441
Adiantamento de férias e 13º Salário	86	77
Estoques	59	-
Prêmios de seguros a apropriar	19	19
	941	549

- (i) Os créditos a receber são reembolsos de despesas dos cessionários, a título de ressarcimento pelo consumo de energia elétrica e água, pintura do pavilhão referente à área utilizada e por eventuais danos estruturais causados nas dependências do pavilhão durante a realização de seus eventos.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021, trata-se de valores adiantados para empresa Elevadores Atlas Schindler para substituição de duas escadas rolantes no Pavilhão Ciccillo Matarazzo, que serão contabilizadas no ativo imobilizado na conclusão das instalações e respectiva entrega da documentação fiscal, que possui como previsão de início para outubro de 2022, e do adiantamento para agenciamento de fretes aéreos de retorno das obras da exposição 34ª Bienal de São Paulo.

6 Imobilizado

Abaixo apresentamos a composição do ativo imobilizado.

			2021		2020
Imobilizado sem restrição	Prazo de depreciação	Taxa anual	Depreciação acumulada	Custo Líquido	Líquido

(Em anos)

Benfeitorias em imóveis de terceiros – revitalização do pavilhão da Bienal (i)	25	4%	3.562	(1.499)	2.063	2.205
Equipamentos de informática	5	20%	334	(275)	59	83
Instalações	10	10%	2.870	(2.296)	574	698
Máquinas/equipamentos	10	10%	442	(330)	112	119
Móveis e utensílios	10	10%	1.006	(742)	264	319
Veículos	5	20%	105	(105)	-	-
Equipamentos de comunicação	10	10%	7	(7)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros – reforma no térreo do pavilhão da Bienal (ii)	25	4%	<u>548</u>	<u>(120)</u>	<u>428</u>	<u>450</u>
			<u>8.874</u>	<u>(5.374)</u>	<u>3.500</u>	<u>3.874</u>

- (i) Refere-se a revitalização geral do pavilhão da Bienal, visando principalmente a adequação à normas de segurança.
- (ii) Refere-se a reforma do térreo do pavilhão da Bienal.

A movimentação do imobilizado está assim representada:

	2021	2020
No início do exercício	3.874	4.261
Aquisição de bens	28	107
Baixas de bens	(1)	-
Depreciação – revitalização do pavilhão - Nota explicativa 12 (i)	(142)	(147)
Despesas com depreciação	<u>(259)</u>	<u>(347)</u>
No final do exercício	<u>3.500</u>	<u>3.874</u>

7 Intangível

			<u>2021</u>			<u>2020</u>
	Prazo de depreciação	Taxa ao ano	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Dossiê Ciccillo Matarazzo (i)	10	10%	394	(325)	69	109
Bienais (ii)	10	10%	360	(297)	63	99
Acervo (iii)	-	-	639	-	639	639
Software	5	20%	98	(98)	-	-
Licença uso de software	5	20%	<u>71</u>	<u>(66)</u>	<u>5</u>	<u>7</u>
			<u>1.562</u>	<u>(786)</u>	<u>776</u>	<u>854</u>

- (i) Dossiê Ciccillo Matarazzo refere-se a um conjunto de documentos históricos, no qual se encontram documentos, fotografias e objetos pessoais de Ciccillo Matarazzo, fundador da FBSP e outras instituições. Este conjunto de documentos foi doado pela família à FBSP após a morte de Ciccillo Matarazzo. O montante registrado se refere ao empenho de limpeza, conservação e catalogação dos documentos históricos recebidos.
- (ii) Esse saldo refere-se à documentação iconográfica das Bienais e à restauração, conservação e higienização do acervo do Arquivo Histórico da Fundação. Foi realizado um plano de classificação, ordenação e das ampliações fotográficas, revisão do banco de dados e núcleo de gestão documental. Implantamos a depreciação da Documentação Iconográfica das Bienal a partir de 2015 com taxa de depreciação de 10% a.a.

- (iii) O Arquivo Histórico da Bienal contém documentos, pastas, livros, fotografias, negativos, filmes e outros materiais relativos à produção das Bienais e arte em geral. Este arquivo é organizado e mantido pela FBSP como bem cultural de interesse histórico principalmente para consultas e pesquisas.

As obras que participam das Bienais de São Paulo não são de propriedade da Fundação: são emprestadas para a mostra ou comissionadas para serem expostas e depois entregues aos artistas e portanto não são contabilizadas. As obras incluídas no item “Acervo”, acima, são telas, gravuras, fotografias e esculturas doados à Fundação, que se encontram identificados no ativo fixo e estão fisicamente distribuídos nas dependências da área administrativa e no Arquivo Histórico da FBSP.

A movimentação do intangível está assim representada:

	2021	2020
No início do exercício	854	1.015
Despesas com amortização	<u>(78)</u>	<u>(161)</u>
No final do exercício	<u>776</u>	<u>854</u>

8 Fornecedores

Abaixo apresentamos os saldos de fornecedores segregado em: fornecedores com restrição e fornecedores sem restrição. Os fornecedores sem restrição são inerentes à manutenção das operações rotineiras da FBSP e os fornecedores com restrição estão relacionados aos projetos gerenciados pela FBSP e patrocinados pela Prefeitura do Município de São Paulo (“PMSP”) e pelo Programa Nacional de Apoio a Cultura – Pronac, a expectativa de liquidação das obrigações ocorrerá nos próximos doze meses:

	2021	2020
Fornecedores sem restrição		
Diversos	<u>86</u>	<u>67</u>
Total	<u>86</u>	<u>67</u>
Fornecedores com restrição		
PMSP 2020 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	-	104
Plano Anual 2020 - ProMAC 2020020300917	-	40
Plano Triannual 2020/2021/2022 FBSP – Pronac 191925	205	75
Plano Anual 2021 FBSP - Proac 30762	2	-
PMSP 2021 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	<u>109</u>	<u>-</u>
Total	<u>316</u>	<u>219</u>

9 Obrigações com empregados

Abaixo apresentamos a composição analítica de “obrigações com empregados”:

	2021	2020
Salários e ordenados a pagar	-	7
Contribuições sociais a recolher	434	342
Provisões para férias e encargos	<u>937</u>	<u>1.032</u>
Total	<u>1.371</u>	<u>1.381</u>

10 Obrigações tributárias

Abaixo apresentamos a composição analítica de “obrigações tributárias”:

	2021	2020
Impostos e contribuições a recolher	14	7
Impostos retidos terceiros a recolher	<u>84</u>	<u>41</u>
Total	<u>98</u>	<u>48</u>

11 Adiantamento de cessionários

Refere-se a contratos de Termos de Cessão de Áreas-TCA, que são pagos antecipadamente pelos cessionários para realizarem seus eventos no Pavilhão Ciccillo Matarazzo e no Lounge da FBSP. Tais adiantamentos são contabilizados como receitas (resultado) no mês da realização do evento. Em 31 dezembro de 2021, a FBSP possuía registrado o montante de R\$ 5.090 (R\$ 4.078 em 2020).

12 Subvenções a realizar

As subvenções a realizar ao final do exercício de 2021 eram compostas pelos seguintes projetos:

Subvenções a realizar Curto Prazo	Valor total		Vigência		Saldos em 31/12/2020	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Transferência	Devoluções	Consumo (nota explicativa 17)	Saldos em 31/12/2021
	do Projeto	Início	Fim								
Revitalização do Pavilhão (i)	5.000	28/12/2009	29/09/2011		147	-	-	-	-	(5)	142
Plano Triannual 2020/2021/2022 Pronac 191925 (ii)	66.658	01/01/2020	31/12/2022		17.766	26.552	398	300	-	(25.358)	19.658
Plano Anual 2020 Promac 2020020300917 (iii)	1.000	10/08/2020	10/05/2021		570	-	8	-	-	(568)	10
Prefeitura do Município SP 2020 (iv)	3.578	08/12/2020	31/05/2021		2.324	-	7	-	-	(2.331)	-
Plano Anual 2018 Pronac 191925 (v)	-	01/01/2018	01/01/2018		300	-	-	(300)	-	-	-
Bienais de São Paulo 70 Anos - Podcast #6222 (vi)	100	20/01/2021	28/02/2022		-	100	3	-	-	(95)	8
Plano Anual 2021 FBSP - Proac 30762 (vii)	1.982	12/05/2021	31/03/2022		-	419	10	-	-	(279)	150
Plano Anual 2021-2021.05.28/02303 - Promac 2021 (viii)	-	-	-		-	94	1	-	-	-	95
Prefeitura do Município SP 2021 (iv)	3.740	02/12/2021	31/05/2022		-	3.740	23	-	-	(987)	2.776
					21.107	30.905	450	-	-	(29.623)	22.839

Subvenções a realizar Longo Prazo

	Valor total do Projeto	Início	Vigência Fim	Saldos em 31/12/2020	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Transferência	Devoluções	Consumo (nota explicativa 17)	Saldos em 31/12/2021
Revitalização do Pavilhão (i)	5.000	28/12/2009	29/09/2011	769	-	-	-	-	-137	632
(i)	A revitalização do Pavilhão da Fundação Bienal foi um projeto que visou manter e restabelecer conceitos do projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, por meio da reforma e adaptação das áreas administrativas, que foram remanejadas, retiradas e delimitadas as alvenarias e instalações provisórias, devolvendo ao pavilhão as originais e principais características arquitetônicas e seu projeto original. O saldo remanescente está sendo apropriado ao resultado conforme depreciação dos bens que foram originados no projeto.									
(ii)	Plano Triannual 2020/2021/2022- PRONAC 191925: O projeto inicialmente previa a realização das atividades da Fundação Bienal para o ano de 2020, incluindo a realização da 34ª Bienal de São Paulo, a publicação de um catálogo com conteúdos relativos à mostra, a promoção de ações de fomento à produção artística e sua difusão, a preservação e tratamentos dos acervos do Arquivo Histórico e a manutenção de sua estrutura organizacional e administrativa. Com a prorrogação da mostra da 34ª Bienal de São Paulo o projeto se estende até 31/12/2021 conforme publicação no D.O.U. em 29/10/2020 alterando o nome do projeto para Plano Bianual 2020/2021 mantendo as atividades originais do projeto. Em 21/12/2021 foi publicado no D.O.U. a extensão do projeto para Plano Triannual para realização em 2022 das itinerâncias da 34ª Bienal de São Paulo e a publicação do livro dos 70 anos da Bienal, a promoção de ações de fomento à produção artística e sua difusão junto a públicos diversos, a preservação e tratamento dos acervos histórico, a manutenção predial da sua sede e a manutenção organizacional e administrativa da instituição.									
(iii)	Plano Anual 2020 Promac 2020020300917: O projeto tem como objeto a promoção das atividades anuais de preservação dos acervos do Arquivo Histórico Wanda Svevo. Dedicadas à valorização da memória e à difusão cultural, essas atividades são parte integrante do Plano Anual de Atividades 2020 da Fundação Bienal de São Paulo, cujo programa geral ainda prevê a realização da 34ª Bienal de São Paulo e a publicação de um catálogo com conteúdos relativos à mostra, a promoção de ações de fomento à produção artística e sua difusão junto a público., o saldo remanescente da conta se refere a valor que será depreciado durante o período de 10 anos, referente a aquisição de 02 (dois) freezers em outubro de 2020 para conservação de documentos fotográficos do Arquivo Histórico.									
(iv)	A Subvenção da Prefeitura de São Paulo é uma contribuição anual de 21.000 UFMs definida por decreto municipal (Lei 11.630/1994). O valor desta subvenção visa à manutenção e conservação da Fundação Bienal de São Paulo e do Pavilhão Ciccillo Matarazzo, incluindo pagamento de despesas administrativas da FBSP e despesas com pessoal (salários, encargos e benefícios).									
(v)	Plano Anual 2018 - PRONAC 177114: O projeto foi encerrado em 2018 e o valor de R\$ 300 mil apresentado ao final de 2020, refere-se ao depósito efetuado por equívoco no Pronac 177114, o correto seria para o Pronac 191925 do Plano Bianual 2020/2021. A Fundação Bienal solicitou junto a Secretaria Especial da Cultura a transferência dos recursos para o Pronac 191925, após deferimento do pedido a transferência foi realizada em 09/02/2021.									
(vi)	Bienais de São Paulo 70 Anos - Podcast #6222: o projeto prevê a celebração dos 70 anos da história das Bienais por meio de uma mídia (podcast), que permite a difusão de seus conteúdos de forma completamente gratuita e acessível aos públicos mais diversos.									
(vii)	Plano Anual 2021 FBSP - Proac 30762: o projeto prevê a realização das atividades anuais da Fundação Bienal de São Paulo, com foco nas ações de manutenção e preservação do pavilhão Ciccillo Matarazzo com o intuito de preservar este patrimônio histórico e prepara-lo para receber atividades da 34ª Bienal de São Paulo.									
(viii)	Plano Anual 2021-2021.05.28/02303 - Promac 2021: Transferência do saldo remanescente do projeto Plano Anual 2020 Promac 2020020300917 no valor de R\$ 94 mil, autorizada pelo Gabinete da Secretária de Cultura em 28/10/2021, conforme publicação do Diário Oficial da Cidade de São Paulo, entretanto o projeto não entrou na fila de captação. O saldo será transferido para o Plano Anual de 2022 assim que aprovado para captação.									

13 Provisão para contingências

Na data das demonstrações financeiras, a FBSP apresentava as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	2021	2020		
	Depósito judicial	Provisão para contingência	Líquido	Depósito Judicial
Contingências trabalhistas	3		3	3
Contingência Cível	-	1.722	1722	-
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>

Em 31 de dezembro de 2021, a FBSP não possuía processo judicial de natureza trabalhista ou cível com possibilidade de perda classificada como possível.

- (i) Contingência Cível – Ação indenizatória referente processo 1027005-83.2014.8.26.0100 da empresa Diarionet Comunicações e Editora Ltda, visando pagamento de honorários de sucumbência no total de 25,5% do valor da causa. Aguarda-se, no entanto, o julgamento dos embargos de declaração opostos pela Bienal a fim de reduzir a referida condenação, o processo foi considerado com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos da Fundação.

14 Patrimônio Líquido

Está apresentado pelos montantes históricos dos superávits/déficits apurados anualmente.

Abaixo apresentamos a composição analítica do “Patrimônio líquido”:

	2021	2020
Patrimônio Social	518	4.066
Reserva de capital	2.437	2.437
Reserva de reavaliação	633	842
	<u> </u>	<u> </u>
	<u>3.588</u>	<u>7.345</u>

a. Reserva de capital

Composta, substancialmente, pelas doações de bens recebidas desde a data de constituição da Fundação.

b. Reserva de reavaliação

Constituída em 30 de dezembro de 2006, suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, que é decorrente de ativos próprios representados por obras civis, instalações, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de resultado acumulados por depreciação baseada na estimativa da vida útil econômica revisada dos bens. A realização da reserva é feita de forma linear pelo prazo de quinze anos, restando três anos para o término da realização.

15 Aspectos fiscais

A lei complementar a que se refere o art. 150, VI, “c”, é o Código Tributário Nacional (“CTN”), que, em seu artigo 14, fixou três requisitos para o gozo do benefício tributário pelas entidades de assistência social: (i) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e (iii) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Também introduzido em sede constitucional pelo art. 31, da Constituição Federal de 1946, mantido no art. 20 da Carta de 1969 e, finalmente, no art. 150 VI “c” da Constituição de 1988, é vedado à União, aos Estados e Municípios instituir impostos sobre a renda, patrimônio e serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei.

Para ser considerada uma instituição de educação e assistência social, não basta, portanto, que o estatuto social preveja a condição de que a FBSP seja ‘sem fins lucrativos’, mas também que, desde sua criação, fique claramente demonstrado, pelo objetivo estatutário e pela prática cotidiana, que a FBSP não se destina à satisfação de interesses de seus instituidores ou dirigentes, mas sim, à realização de atividades de caráter altruístico, voltadas ao interesse coletivo e ao desenvolvimento e bem estar da comunidade em que atua.

A FBSP enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da FBSP, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a FBSP.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacam-se o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), à alíquota de 28,8% sobre o montante da folha de pagamento.

16 Receitas

Abaixo apresentamos as receitas com restrição relacionadas aos projetos e as receitas sem restrição originadas pelas operações e ações da FBSP:

Com restrição

Programas de atividades culturais

	2021	2020
Convênio - MinC -Revitalização do Pavilhão	142	147
Prefeitura Municipal de São Paulo 2019	-	2.241
Prefeitura Municipal de São Paulo 2020	2.324	1.254
Prefeitura Municipal de São Paulo 2021	964	-
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	361	53
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	24.961	10.452
Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais - Pro-Mac	467	429
Subtotal	29.219	14.576
Rendimentos Financeiros	448	307
Total	29.667	14.883

Sem restrição

Contribuições e doações

	2021	2020
Receitas de Doações	1.333	602
Receitas de Patrocínios	1.321	849
Cessão de Área	227	2.804
Receita de Serviços Prestados	805	-
Outras Receitas	200	-
	<hr/>	<hr/>
Subtotal	3.886	4.255
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Rendimentos financeiros	359	221
Trabalho voluntário	277	221
Receita de Vendas	218	-
	<hr/>	<hr/>
Subtotal	854	442
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Total	4.740	4.697
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As receitas de doações são obtidas por meio apoio de representações (consulados e embaixadas) e institutos nacionais que colaboram com a participação dos artistas de seus respectivos países nas exposições organizadas pela FBSP, e da participação da contribuição dos membros do Conselho Consultivo Internacional-IAB.

As receitas de patrocínios (não incentivados) são obtidas por meio de parcerias com a Bloomberg e Serviço Social do Comércio-SESC, por conta da parceria em conjunto de atividades na exposição da 34ª Bienal de São Paulo, e da Pottencial Seguradora para cobertura do seguro empresarial da FBSP.

17 Custo e Despesas gerais com projetos

Abaixo apresentamos as despesas por projeto:

	2021	2020
Despesas comerciais	(81)	(15)
Despesas com ocupação	(1.862)	(745)
Utilidades e serviços	(10.204)	(2.205)
Serviços prestados por terceiros	(6.783)	(3.220)
Viagens e estadias	(322)	(47)
Tributos	(94)	(75)
Despesas financeiras	(4)	(3)
Depreciação e amortização	(144)	(147)
Subtotal	<u>(19.494)</u>	<u>(6.457)</u>
Despesas com pessoal	<u>(10.173)</u>	<u>(8.426)</u>
Total - Com restrição	<u>(29.667)</u>	<u>(14.883)</u>

Os montantes de R\$ 29.667 (2020 – R\$ 14.883) estão apresentados na demonstração dos resultados em Despesas com pessoal – projetos, no valor de R\$ 10.173 (2020 – R\$ 8.426), e em Custos gerais com projetos, no valor de R\$ 19.494 (2020 – R\$ 6.457)

Durante o exercício de 2021, a Fundação Bienal ocupou-se em realizar sua programação anual incluindo a manutenção da instituição, do pavilhão edifício sede e consecução das atividades expositivas e educativas relacionadas à 34ª Bienal de São Paulo. Ademais, a Fundação procurou adequar-se aos protocolos de segurança sanitária em função da pandemia de Covid-19.

Os custos incorridos no Plano Triannual 2020/2021/2022 - Pronac referem-se, basicamente, às despesas com folha de pagamento e encargos sociais, manutenção do pavilhão e suas equipes de apoio, preparação e execução da mostra principal da 34ª Bienal de São Paulo.

Além disso, houve custos incorridos pela Subvenção da Prefeitura do Município de São Paulo que visa a manutenção e conservação da Fundação Bienal, incluindo despesas administrativas e despesas com pessoal, o projeto Plano Anual 2020 - Pro-Mac cujo objetivo foi manter a continuidade das atividades de tratamento e preservação dos acervos do Arquivo Histórico Wanda Svevo, o projeto Plano Anual 2021 FBSP - Proac 30762 com foco nas ações de manutenção e preservação do pavilhão Ciccillo Matarazzo com o intuito de prepará-lo para receber atividades da 34ª Bienal de São Paulo, e o projeto Bienais de São Paulo 70 Anos - Podcast para a difusão de seus conteúdos de forma completamente gratuita e acessível ao público.

18 Despesas das atividades – próprias

Abaixo apresentamos as despesas das atividades – sem restrição

	2021	2020
Despesas comerciais	(63)	(13)
Despesas com ocupação	(475)	(422)
Utilidades e serviços	(2.406)	(379)
Serviços prestados por terceiros	(1.143)	(696)
Outras despesas	(303)	(136)
Subtotal - despesas administrativas e gerais	<u>(4.390)</u>	<u>(1.646)</u>
Despesas com pessoal	<u>(1.692)</u>	<u>(1.524)</u>
Despesas fiscais, trabalhistas e cíveis	<u>(1.722)</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras	<u>(25)</u>	<u>(16)</u>

Os valores acima foram incluídos na Demonstração do resultado do exercício em Despesas de pessoal – próprias, no valor de R\$ 1.692 (2020 – 1.524), Despesas administrativas e gerais – próprias, no valor de R\$ 4.390 (2020 – R\$ 1.646), Despesas fiscais, trabalhistas e cíveis, no valor de R\$ 1.722 (2020 – R\$ 0), e Despesas financeiras, no valor de R\$ 25 (2020 – R\$ 16).

19 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a posição pode ser assim sumarizada:

Modalidade	Vencimento	R\$	Cobertura
Incêncio, queda de raio, queda de aeronave, fumaça, explosão de qualquer natureza e implosão.	20/08/2022	R\$	47.000
Alagamento e inundação	20/08/2022	R\$	2.000
Danos elétricos	20/08/2022	R\$	550
Equipamentos cinematográficos, fotográficos e de televisão operados exclusivamente em estúdios, laboratórios ou reportagens internas e externas	20/08/2022	R\$	33
Equipamentos móveis, próprios ou arrendados	20/08/2022	R\$	95
Lucro bruto (lucro líquido + despesas fixas)	20/08/2022	R\$	2.750
Quebra de vidros e anúncios luminosos	20/08/2022	R\$	1.000
Responsabilidade Civil operações estabelecimentos comerciais e/ou industriais	20/08/2022	R\$	350
Roubo de valores	20/08/2022	R\$	11
Roubo e/ou furto qualificado de bens	20/08/2022	R\$	87
Ruptura de tanques e tubulações	20/08/2022	R\$	1.000
Tumultos, greves e "lock out" atos dolosos, vandalismo e comoção civil	20/08/2022	R\$	170
Vendaval, fumaça, ciclone, tornado, granizo, tsunamis, erupção vulcânica e fumaça	20/08/2022	R\$	850

Despesas fixas: a cobertura de despesas fixas na apólice da FBSP se justifica pela eventual impossibilidade de a mesma realizar a cessão do espaço do pavilhão para eventos de terceiros. Sendo esta sua principal fonte de receitas, caso a FBSP não aufera receitas pela cessão do espaço, poderá receber da seguradora o valor da cobertura registrada na apólice.

O valor de prêmio patrocinado pela Pottencial Seguradora S/A em 2021 foi de R\$ 29 (R\$ 31 pago pela FBSP em 2020). Essa despesa é registrada na rubrica “Ativo circulante – Adiantamentos e créditos a receber”, apropriado de acordo com a vigência da apólice no resultado na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

20 Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº. 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidades sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Em atendimento a esta norma e com base nos registros da FBSP, foram levantados e valorizados todos os trabalhos voluntários prestados para a FBSP no exercício de 2021. Este levantamento levou em consideração: participações dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria executiva em reuniões durante o exercício de 2021. Essa verificação foi realizada por meio da lista de presença registrada nas atas de cada uma das reuniões.

Calculou-se o valor a ser reconhecido em 2021 para o trabalho voluntário desenvolvido na FBSP multiplicando-se o número de horas dedicadas pelos voluntários pelo valor da hora definido com base na 7ª edição da pesquisa do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sobre remuneração dos administradores em diversas empresas.

Em 31 de dezembro de 2021, a FBSP reconheceu em seu resultado o valor de R\$ 277, referente ao trabalho voluntário (R\$ 221 em 2020).

21 Outras informações

a. Processos sob análise - Ministério da Cultura - MinC

Em maio de 2013, a FBSP e o Ministério da Cultura - MinC assinaram um acordo de confissão de dívida e parcelamento de débito para reconhecer e parcelar a dívida da instituição perante ao Ministério da Cultura - MinC, tendo em vista possíveis irregularidades apontadas nas prestações de contas de repasses de recursos federais recebidos em 14 Convênios do período 1999-2007, de números: 344/1999, 012/1999, 075/2001, 366/2001, 178/2002, 505/2002, 540/2002, 177/2003, 211/2004, 520/2004, 351/2005, 888/2005, 399/2006 e 557/2007.

Por meio do acordo firmado, a FBSP reconheceu dever ao MinC a importância de R\$ 12.217, em valores atualizados até 30 de abril de 2013, a serem pagos em até 52 parcelas mensais, de acordo com um cronograma mutuamente aceito. O reconhecimento da dívida, o compromisso de pagamento parcelado e a assinatura do acordo permitiram que o nome da FBSP fosse retirado do cadastro de inadimplentes do MinC e que, assim, pudesse retomar suas atividades, apresentando novos projetos para captação de recursos incentivados, antes suspensas por conta da alegada inadimplência.

O total do acordo foi apresentado pela FBSP ao MinC, após extenso trabalho realizado entre último semestre de 2012 e primeiro trimestre de 2013 por empresa de auditoria independente contratada pela FBSP. Os auditores, sob orientação da FBSP e do MinC, identificaram todos os lançamentos contábeis dos 14 convênios e revisaram a adequação dos mesmos para fins de prestação de contas, considerando os critérios estabelecidos pela regulamentação pertinente. O montante de R\$ 12.217 corresponde à somatória das despesas glosadas nos 14 convênios firmados com a FBSP, pelo fato dessas despesas não estarem integralmente de acordo com as normas legais aplicáveis.

Abaixo apresentamos a composição dos convênios, parcelas e valores incluídos no acordo, que foram integralmente quitadas no período de janeiro a abril de 2018:

Convênio	Pronac	Nomenclatura	Saldo na data do acordo por convênio	Quantidade de parcelas por convênio
1	344/1999	99-9385 Paulo	247	12
2	012/1999	99-6036 48ª Bienal de Veneza-Participação Brasileira	327	16
		Apoio às comemorações dos 50 Anos da Bienal de São Paulo		
3	075/2001	00-6968 Paulo	652	24
4	366/2001	01-6118 Apoio à preparação da 25ª Edição da Bienal de São Paulo	1.398	36
5	178/2002	02-7605 Apoio à realização da 25ª Bienal de São Paulo	1.146	52
6	505/2002	02-8097 8ª. Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza	427	8
7	540/2002	02-8563 Apoio à preparação da 26ª Edição da Bienal de São Paulo	2.806	40
8	177/2003	03-6025 Pré-produção artística da 26ª Bienal de São Paulo	1.469	40
9	211/2004	04-1540 Apoio à 26ª Edição da Bienal de São Paulo - 2004	1.780	40
		Itinerância da 26ª Bienal (Salvador, Buenos Aires, Santiago e Lima)		
10	520/2004	04-6642 Plano de atividades da FBSP em 2006 - 27ªBSP,MIA	363	16
11	888/2005	05-3207 Veneza, AHWS	354	8
		Apoio ao Encontro Nacional de Cultura Educação e Cidadania - 2006		
12	351/2005	06-6927 Execução final da 27ª Bienal de São Paulo	92	8
13	399/2006	06-7151 Fomento da arte contemporânea	1.110	16
14	557/2007	07-10110	46	8
			12.217	

Abaixo, a situação dos 14 convênios parcelados junto ao Ministério da Cultura:

1. Convênio PRONAC 99-9385 (Convênio nº 344/1999): os pagamentos relativos a este convênio foram realizados no período de janeiro a dezembro de 2014. Em 13/02/2015, recebemos o Ofício 82/2015/GAB/SEFIC-MinC, informando que a prestação de contas havia sido aprovada conforme Laudo Final de Reversão da Reprovação nº 001/2015/CGEPC/DIC/SEFIC/MinC. Em 24/05/2017, recebemos o Ofício SEI 129/2017/G6 - Passivo CGEXE/SPOA-MINC, informando que seriam reexaminados os convênios 344/1999 e 505/2002 e, em 04/07/2017, recebemos Ofício, embasado no parecer Nº 61/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE, que indica a manutenção da reprovação da prestação de contas, decisão da qual a FBSP recorreu e ainda aguarda a resposta do MinC. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, sendo que, com relação ao Convênio 99-9385, consta reprovação da Prestação de contas em decorrência de gastos não relacionados ao Plano de Trabalho e exigência de restituição de R\$ 19. Finalmente, em 19/09/2018, recebemos o Ofício SEI 115/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, que retifica as informações do Ofício anterior e informa que, com relação ao Convênio 99-9385, após a revisão dos cálculos, a FBSP passa a ter um crédito de no valor de R\$ 3.
2. Convênio PRONAC 99-6036 (Convênio nº 012/1999): em 18/06/2018, recebemos o Ofício SEI 246/2018/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC, informando que a prestação de contas relativa a este convênio havia sido aprovada, restando em favor da FBSP o saldo de R\$ 189.

3. Convênio PRONAC 00-6968 (Convênio nº 075/2001): os pagamentos relativos a este convênio foram efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Em 09/11/2017, recebemos o Ofício 293/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE, cujo parecer indica a reprovação da prestação de contas. A FBSP recorreu da decisão com recurso, que foi recebido como pedido de revisão. A reprovação das contas foi mantida, conforme Ofício SEI 66/2018/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC e, então, foi apresentado novo recurso, que foi improvido, conforme Ofício SEI 1/2019/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, que apresenta esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, o qual informa a reprovação da prestação de contas, resultando o valor a ser restituído ao MinC de R\$ 187.
4. Convênio PRONAC 01-6118 (Convênio nº 366/2001): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio. Os pagamentos a ele relacionados foram efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro 2016. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual informou-se que este Convênio ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
5. Convênio PRONAC 02-7605 (Convênio nº 178/2002): as 52 parcelas relativas a este convênio foram pagas no período de janeiro de 2014 a abril de 2018. Em 16/11/2017, foi recebido o Ofício SEI 330/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC, informando a reprovação da prestação de contas. Foi interposto recurso administrativo, que aguarda resposta. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, que apresenta esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito e informa que o Convênio 02-7605 encontra-se com pedido de revisão encaminhada pela convenente sob análise.
6. Convênio PRONAC 02-8097 (Convênio nº 505/2002): em 20/12/2013, recebemos os Ofícios 378 e 379/GAB/SEFIC-MINC, indicando a aprovação da prestação de contas e a existência de um crédito para FBSP no montante de R\$ 63. Em 29/05/2017, por meio do Ofício SEI 129/2017/G6 - Passivo CGEXE/SPOA/SE-MINC, a FBSP foi informada do reexame dos convênios 344/1999 e 505/2002. Em 27/11/2017, por meio do Ofício SEI 285/2017/G6 - PASSIVO/CGEXE/SPOA/SE-MINC, a FBSP foi informada da re-aprovação da prestação de contas com crédito em seu nome.
7. Convênio PRONAC 02-8563 (Convênio nº 540/2002): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio, sendo que já foram pagas 40 parcelas relativas a ele, no período de janeiro de 2015 e abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 02-8563 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
8. Convênio PRONAC 03-6025 (Convênio nº 177/2003): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio, sendo que já foram pagas 40 parcelas relativas a ele, no período de janeiro de 2015 a abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 03-6025 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.

9. Convênio PRONAC 04-1540 (Convênio nº 211/2004): as 40 parcelas relativas a este convênio foram pagas no período de janeiro de 2015 a abril de 2015. Em 18/06/2018, foi recebido o Ofício SEI 250/2018/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC, informando que a prestação de contas do convênio foi reprovada parcialmente. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o processo relativo ao Convênio 04-1540 ainda encontra-se em análise de recurso interposto pela convenente, em decorrência do grande volume de documentos a serem verificados.
10. Convênio PRONAC 04-6642 (Convênio nº 520/2004): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio, sendo que já foram pagas 16 parcelas no período de janeiro de 2017 a abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 04-6642 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
11. Convênio PRONAC 05-3207 (Convênio nº 888/2005): em 24/12/2014, este convênio foi diligenciado para prestação de contas. A FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Os pagamentos relativos a esse convênio foram efetuados no período de maio à dezembro de 2013. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 05-3207 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
12. Convênio PRONAC 06-6927 (Convênio nº 351/2005): em 02/06/2014, este convênio foi diligenciado para prestação de contas. A FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Os pagamentos relativos a esse convênio foram efetuados no período de maio a dezembro de 2013. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados da reprovação das contas do Convênio 06-6927, resultando o valor a ser restituído ao MinC de R\$ 187.
13. Convênio PRONAC 06-7151 (Convênio nº 399/2006): este convênio foi diligenciado para a prestação de contas. FBSP respondeu e aguarda análise de resposta da diligência. Os pagamentos relativos a esse convênio foram efetuados em 16 parcelas, pagas no período de janeiro de 2017 a abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito e informando que o Convênio 06-7151 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
14. Convênio PRONAC 07-10110 (Convênio nº 557/2007): este convênio foi diligenciado em 23/05/2014 para a prestação de contas. A FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Os pagamentos relativos a este convênio foram efetuados no período de maio a dezembro de 2013. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, informando que o Convênio 07-10110 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.

Esclarece-se que, conforme a Nota 151/2016/CONJUR-MINC/CGU/AGU (SEI 0188853), qualquer saldo em favor do Ministério ou da conveniente só será apurado após a conclusão da análise das prestações de contas descritas na Cláusula Primeira do Acordo de Confissão de Dívida, quando serão tomadas as medidas cabíveis.

Ao contratar a auditoria externa a FBSP teve, em concordância com o MinC, os seguintes objetivos:

Reorganizar, formalmente, as prestações de contas dos 14 convênios, para que o MinC pudesse analisar novamente com maior agilidade e facilidade;

Em um segundo momento, permitir a avaliação da melhor estimativa para o valor de despesas glosadas ou glosáveis, para que o MinC e a FBSP pudessem estabelecer as bases do acordo e iniciar os pagamentos;

Permitir a FBSP sair da situação de inadimplência.

De maio de 2013 a abril de 2018, os pagamentos efetuados pela FBSP referentes ao acordo de confissão de dívidas e parcelamento de débitos somaram o total de R\$ 17.035, valor que representa a quitação de 100% da dívida, honrando os compromissos do acordo firmado com o MinC. Conforme enumerado acima, alguns convênios continuam em análise pela Secretaria Especial de Cultura para conclusão do processo.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram concluídas as análises das prestações de contas dos 14 convênios pela Secretaria Especial de Cultura.

b. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 2021 e de 2020, a FBSP não operou com instrumentos financeiros derivativos.

c. Benefícios a empregados

A FBSP não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados após sua saída.

d. Partes relacionadas

O Estatuto Social possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria. Dessa forma, a FBSP não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos a membros do Conselho ou Diretoria.

e. Outros assuntos

A pandemia do Covid-19 continua impactando adversamente as atividades econômicas no Brasil e no mundo. A Administração continua monitorando os desdobramentos relacionados ao Covid-19, e com a aceleração do processo de vacinação da população em massa se espera uma resposta positiva para continuidade das atividades da Fundação, especialmente às realizações das Mostras Itinerantes da 34ª Bienal de São Paulo e da retomada da cessão do espaço do Pavilhão em 2022.

22 Eventos subsequentes

A Administração da Fundação não tem conhecimento de nenhum evento subsequente à data de emissão destas demonstrações financeiras.

Antonio Thomaz Lessa Garcia Junior
Superintendente Executivo

Amarildo Firmino Gomes
Contador
CRC 1SP186464/O-2